

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 11 horas, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, foi realizada, na sala Iguapé a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia do(a) graduando(a) Rafael Fachineti Ribeiro Bastos perante a Banca Avaliadora composta pelos(as) professores(as):

Taiane Abreu Machado e Fernando M.M.G. Queiroz

e por mim Julia de Quadros Uêdo professora-orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso intitulado

Inclusão e suporte a estudantes artistas na Universidade Federal da Bahia:

políticos institucionais, percepções do(as) discentes e desafios.

Após a apresentação a Banca Avaliadora divulgou os seus pareceres avaliando o referido trabalho monográfico, concluindo que o mesmo foi aprovado (aprovado/reprovado) com média 9,5 (nove e meio). E nada mais havendo a tratar, a

sessão foi encerrada e eu lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes interessados: orientador(a), orientando(a) e Professores(as) avaliadores(as).

Salvador, 07 de fevereiro de 2025

Julia Uêdo Taiane Abreu Machado Fachineti Ribeiro Bastos

Rafael F. R. Bastos

Neste espaço deverão ser inseridas as assinaturas de: orientador(a), orientando(a) e Professores(as) avaliadores(as)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RADIR FACHINETI RIBEIRO BASTOS

**INCLUSÃO E SUPORTE A ESTUDANTES AUTISTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS, PERCEPÇÕES DOS(AS) DISCENTES E DESAFIOS**

Salvador
2024

RADIR FACHINETI RIBEIRO BASTOS

**INCLUSÃO E SUPORTE A ESTUDANTES AUTISTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS, PERCEPÇÕES DOS(AS) DISCENTES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação, da Universidade
Federal da Bahia, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sheila de Quadros
Uzêda

Salvador
2024

RADIR FACHINETI RIBEIRO BASTOS

**INCLUSÃO E SUPORTE A ESTUDANTES AUTISTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS, PERCEPÇÕES DOS(AS) DISCENTES E DESAFIOS**

Salvador, 07 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Sheila de Quadros Uzêda
Universidade Federal da Bahia
(Orientadora)

Profª Drª. Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª. Taiane Abreu Machado
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho ao meu pai, que me inspirou a ser a melhor pessoa que eu poderia ser, embora não tenha podido acompanhar todos momentos da minha vida e da minha trajetória acadêmica. Dedico a minha mãe, que fez o melhor possível sendo mãe solo viúva, sendo minha inspiração enquanto educadora, aprendendo e reaprendendo sempre. Dedico ao Theo, meu filho, que mesmo sem saber, com a inocência de ser e existir, contribuiu imensamente na minha trajetória enquanto pai, educador e pesquisador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha companheira Nina, que me ofereceu todo o apoio que alguém pode dar a outra pessoa. Sua presença constante, dedicação e ajuda em cada etapa deste trabalho foram fundamentais. Obrigado pela escuta atenta, pelos diálogos enriquecedores e pelo tempo que você dedicou para me apoiar e incentivar.

Estendo minha gratidão à minha orientadora, Sheila Uzêda, que desde o início me ouviu com atenção e respeitou cada detalhe do meu percurso acadêmico. Seus comentários sempre pertinentes e enriquecedores foram indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço de coração a todos os participantes das entrevistas, cuja contribuição tornou possível a realização desta pesquisa. Sem suas vozes e perspectivas, este estudo não existiria.

"Se você não correr riscos, você não pode criar um futuro."

- One Piece

BASTOS, R. F. R. **Inclusão e Suporte a Estudantes Autistas na Universidade Federal da Bahia**: Políticas Institucionais, Percepções dos(as) Discentes e Desafios. 2024. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RESUMO

Este trabalho investiga as estratégias de inclusão adotadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) para estudantes autistas, com foco na atuação do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE) e nas demandas apresentadas pelo Coletivo Autista da UFBA (CAUFBA). A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas para compreender os desafios enfrentados pelos discentes autistas e as lacunas existentes nas políticas institucionais. Os resultados destacam a urgência de capacitação docente, adaptações pedagógicas e melhorias estruturais. Apesar das limitações do NAPE, foram identificadas iniciativas promissoras, como webinários de conscientização, como o 1º Webnário Educação Superior Inclusiva (WESI). A pesquisa conclui que é essencial fortalecer a articulação entre o CAUFBA, o NAPE e os setores institucionais, visando promover uma universidade mais inclusiva e equitativa.

Palavras chave: Autismo, Inclusão e Educação Superior

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAUFBA - Coletivo Autista da UFBA

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação

NAPE - Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

PCD - Pessoa com Deficiência

PEI - Plano Educacional Individualizado

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PROAE - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESU - Secretaria de Educação Superior

SMURB - Serviço Médico Universitário Rubens Brasil

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UFBA - Universidade Federal da Bahia

PAEE - Público-Alvo da Educação Especial

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de documentos legais.....	17
Quadro 2 – Levantamento de trabalhos na Revista Brasileira de Educação Especial.....	22
Quadro 3 – Enquete: Aspectos mais urgentes para estudantes autistas na UFBA.....	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR.....	15
2.1 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	15
2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	18
3. PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	22
4.1 INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS E REPRESENTATIVAS NA UFBA.....	26
4.2 RELAÇÃO ENTRE O NAPE E OS ESTUDANTES AUTISTAS.....	28
4.3 DESAFIOS INSTITUCIONAIS NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO.....	29
4.4 BARREIRAS E DEMANDAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NA UFBA.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..	43
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - CAUFBA.....	46
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - NAPE.....	47
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PROAE.....	49
ANEXO A - EVOLUÇÃO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO NAPE.....	50
ANEXO B - DEMANDAS DO CAUFBA ENVIADAS AO REITOR DA UFBA (2024)..	51
ANEXO C - CARDS DE DIVULGAÇÃO DOS WEBINÁRIOS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A inclusão universitária de estudantes com necessidades educacionais específicas, como aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem se tornado um tema de crescente importância nas discussões sobre educação no Ensino Superior. Embora a inclusão escolar e a educação especial não sejam assuntos novos no campo da pesquisa educacional, a atenção específica à inclusão universitária de estudantes autistas ainda é limitada.

O Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desempenha um papel importante e central na promoção da inclusão e no suporte a esses estudantes. Mas a eficácia dessas estratégias e o nível de satisfação dos discentes autistas¹ ainda é um campo pouco explorado. O Coletivo Autista da UFBA (CAUFBA) tem relacionado uma série de demandas importantes para a qualidade de vida dos(as) estudantes autistas, desde a criação de espaços de regulação sensorial e contratação e capacitação de profissionais especializados até o desenvolvimento de materiais de divulgação para conscientização e Planos Educacionais Individualizados (PEIs).

A motivação para esta pesquisa nasce do interesse pessoal pelo tema, despertado após o diagnóstico de autismo recebido pelo autor durante a sua graduação em Licenciatura em Pedagogia na UFBA. Desde o início de sua trajetória universitária, em 2018, o autor se percebeu diante de dificuldades e desafios muito diferentes dos encontrados por seus colegas, e buscou o SMURB (Serviço Médico Universitário Rubens Brasil) para iniciar uma investigação. No entanto, naquele momento, o processo não avançou. Somente em 2022, após ser atendido de maneira particular por um profissional especialista em TEA e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), o diagnóstico de autismo e TDAH foram finalmente confirmados.

Ainda em 2022, o autor procurou o NAPE, apresentando laudo médico e participando de uma entrevista social. Contudo, pouca ou nenhuma mudança significativa foi percebida em termos de suporte e inclusão nos dois anos subsequentes do curso. Esse cenário levantou

¹ A terminologia “autista” para se referir a pessoas com Transtorno do Espectro Autista será explicada no capítulo 2.2 - Transtorno do Espectro Autista (TEA), na página 18

diversos questionamentos, como: Quais ações a UFBA tem realizado para incluir estudantes autistas de maneira efetiva? O NAPE enfrenta sobrecarga de demandas? Já em meados de 2023, durante um atendimento com a terapeuta ocupacional do SMURB, o autor foi apresentado ao CAUFBA e convidado a participar. Inicialmente sem muita clareza sobre o funcionamento do CAUFBA — se seria um projeto de extensão ou um grupo formado por estudantes autistas — o autor passou a se envolver e a se sentir acolhido naquele espaço e, aos poucos, ampliou a sua compreensão sobre o autismo e a importância de espaços de apoio e articulação para discentes autistas.

Em 2024.1, durante a disciplina EDC 209 - Introdução à Educação Especial, o autor teve a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos sobre o NAPE. Nesse contexto, realizou um trabalho acadêmico que incluiu uma entrevista com um funcionário do NAPE, possibilitando uma visão mais detalhada sobre os desafios enfrentados pelo Núcleo, as conquistas alcançadas e o impacto de suas ações na inclusão de estudantes com deficiência na UFBA. Essa experiência foi fundamental para ampliar a sua compreensão sobre a atuação do NAPE e a relevância de suas iniciativas.

Essas vivências pessoais e acadêmicas contribuíram para consolidar o interesse em investigar as políticas de inclusão na UFBA e a sua relação com as demandas específicas de discentes autistas. Assim, este estudo tem como objetivo investigar as estratégias da UFBA para oferecer suporte e orientar discentes autistas, compreendendo como essas estratégias são implementadas e avaliando a sua eficácia a partir das perspectivas e demandas dos próprios estudantes. Além disso, a pesquisa busca realizar levantamentos documentais institucionais e examinar as intervenções propostas.

A relevância deste estudo se dá pela escassez de pesquisas focadas na inclusão universitária de estudantes autistas, especialmente no contexto brasileiro. Ao abordar essa lacuna, espera-se contribuir para um diálogo mais robusto e informado entre discentes autistas e os setores responsáveis da UFBA, promovendo assim um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor para os seus discentes.

O estudo se justifica pela crescente presença de estudantes autistas no Ensino Superior e a necessidade de políticas inclusivas que atendam às suas demandas. Na UFBA, o CAUFBA tem desempenhado um papel fundamental na articulação dessas demandas, na articulação dessas demandas, que são importantes para a compreensão das necessidades específicas

desses estudantes. Além disso, a inclusão universitária e a educação especial são temas amplamente pesquisados na área de educação, contudo, como dito, a inclusão de estudantes autistas no ensino superior ainda é pouco explorada.

A pesquisa também possui grande relevância social ao investigar estratégias de apoio e inclusão, contribuindo para a promoção da igualdade no Ensino Superior. Identificando acertos e falhas, podemos repensar o sistema atual e implementar políticas mais eficazes e inclusivas. Os resultados podem servir como ferramenta para auxiliar a UFBA na reformulação de políticas educacionais dentro da própria Universidade. Ao trazer de maneira compilada e justificada as propostas do Coletivo, o estudo pode induzir a criação de medidas concretas que visem os discentes autistas, e resultar em uma maior articulação entre o NAPE e o CAUFBA.

Como mencionado anteriormente, o Coletivo Autista da UFBA tem elaborado uma série de demandas importantes para a inclusão de estudantes autistas na universidade. Essas demandas abrangem uma variedade de questões, desde a criação de espaços de regulação sensorial até a contratação e capacitação de profissionais especializados, incluindo solicitações de auxílios para medicamentos, o desenvolvimento de materiais de conscientização e a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI). Com base nessas necessidades, surgiram algumas questões que precisam ser investigadas para entender como a Universidade tem respondido a essas solicitações.

Primeiramente, é importante questionar se o NAPE (Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais) possui um Plano Educacional Individualizado (PEI) específico para os estudantes autistas. Em segundo lugar, é relevante investigar como o NAPE tem auxiliado os discentes autistas na adaptação e inclusão no ambiente acadêmico. Além disso, surge a dúvida sobre se o NAPE está ciente da lista de demandas do Coletivo Autista da UFBA (CAUFBA) e o que tem sido feito em relação a essas questões. Essas indagações levam à questão central da pesquisa: "O que a UFBA tem feito para incluir efetivamente estudantes autistas em seu ambiente acadêmico, e como essas ações se relacionam com as demandas dos estudantes autistas?"

Considerando o contexto atual, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as estratégias utilizadas pela UFBA para oferecer suporte à inclusão de estudantes autistas e como essas ações atendem às demandas desses discentes. A pesquisa visa compreender de

que maneira a Universidade tem implementado práticas e políticas de inclusão, além de analisar a efetividade dessas ações.

Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: primeiramente, examinar as políticas e práticas institucionais adotadas pela UFBA para promover a inclusão de estudantes autistas, buscando entender as principais estratégias que a Universidade tem implementado para garantir a inclusão desses estudantes no ambiente acadêmico. Em seguida, a pesquisa irá apresentar os desafios enfrentados pelo NAPE na implementação de estratégias de apoio ao estudante autista na UFBA. Por fim, analisar as demandas do CAUFBA relacionadas à inclusão de estudantes autistas e identificar possíveis discrepâncias entre essas demandas e as ações institucionais implementadas pela Universidade.

Dessa forma, esse estudo foi organizado em 3 partes, após a Introdução. A primeira parte, intitulada *Aspectos teóricos e contextuais da inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior*, aborda as políticas de inclusão no Ensino Superior, com ênfase na inclusão de estudantes autistas, baseadas em marcos legais como a Constituição de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Lei Berenice Piana (2012). Além disso, é apresentada uma visão sobre o que é autismo, destacando os desafios educacionais enfrentados por esses estudantes, como estigmas sociais e a falta de compreensão sobre as suas necessidades específicas. A segunda parte, *Percurso e procedimentos metodológicos*, apresenta a metodologia da pesquisa, que é qualitativa e de campo, utilizando entrevistas, documentos e enquetes para analisar as políticas de inclusão para estudantes autistas na UFBA. A análise dos dados seguiu a abordagem de análise de conteúdo. Por fim, a terceira parte, intitulada *Análise e interpretação dos dados*, apresenta os resultados da pesquisa sobre a inclusão de estudantes autistas na UFBA, com base em levantamento bibliográfico, entrevistas e uma enquete. Os dados indicam prioridades no processo de inclusão, como: capacitação de professores, criação de um guia do estudante acessível e uso de tecnologias assistivas. Também são discutidas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e o papel do NAPE e do Coletivo Autista nas políticas institucionais de inclusão.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR

As políticas de inclusão no Ensino Superior são resultado de uma longa trajetória de lutas e conquistas, alicerçadas em legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. No contexto da UFBA, essas diretrizes encontram materialização em ações e estruturas como a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) e o NAPE, que desempenham papéis essenciais no suporte aos estudantes com necessidades específicas. Além disso, iniciativas autônomas, como o Coletivo Autista da UFBA (CAUFBA), complementam esse cenário ao representar e articular as demandas de discentes autistas, fortalecendo o diálogo com a Universidade. Este capítulo busca discutir os marcos legais que fundamentam a inclusão de discentes autistas, características do autismo e os desafios educacionais.

2.1 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Os debates sobre a educação de pessoas com deficiência não são recentes. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já estabelece, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”(Brasil, 1988).

Em âmbito internacional, documentos como a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, já estabeleceram que as pessoas com deficiência devem ter acesso igualitário à educação. Posteriormente, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha, aprofundou as discussões sobre os Princípios, Políticas e Práticas específicas à Educação Especial.

No Brasil, ainda em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, cujo objetivo geral era fundamentar e orientar o processo global da educação de pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, criando condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1994).

Entre 2005 e 2019, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), que permitiu a criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade. Segundo Ribeiro (2024, p. 13):

[...] através de publicações de editais com a finalidade de criação, reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade (NA) nas Instituições Federais de Ensino Superior, bem como, apoiar projetos a serem desenvolvidos que contemplavam os princípios de acessibilidade e inclusão, imprescindíveis ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior.

Essas discussões tiveram continuidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), apresentada pelo Ministério da Educação em 2008. A diretriz se tornou um marco importante ao nortear ações para garantir o direito à educação inclusiva no Brasil, definindo que “a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 15).

Em 2009, o Decreto nº 6.949 promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009), decreto este que assegura que as pessoas com deficiência tenham os seus direitos plenamente respeitados, incluindo o ambiente acadêmico. No contexto educacional, a Convenção reforça o direito à educação inclusiva, garantindo que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação em igualdade de condições com os demais, sem qualquer tipo de discriminação, e com o suporte necessário para superar barreiras que possam limitar o seu desenvolvimento e participação.

Concomitante a isso, a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de Ensino Superior tem se tornado um tema cada vez mais relevante na sociedade. A legislação educacional e as políticas de inclusão brasileiras visam garantir direitos e acessibilidade para todos(as), respeitando as suas necessidades específicas. A Lei 12.764, de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, equipara o TEA à condição de deficiência, tornando obrigatória a oferta de vagas para autistas nas redes de ensino público e privado (Brasil, 2012). Com isso, a partir de 2012, estudantes autistas passaram a ter direito de concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD) por meio das cotas. Essa mudança exigiu que as instituições de ensino se adaptassem para acolher e atender às necessidades desse público.

Além disso, a Lei 13.146, de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trouxe avanços legislativos significativos para as pessoas autistas, assegurando o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino e garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. No entanto, a implementação dessas medidas ainda enfrenta desafios, como a necessidade de capacitação docente, investimentos e barreiras atitudinais.

Quadro 1 – Levantamento de documentos legais.

Documento	Ano de publicação	Ementa
Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro	1988	Dispõe sobre a organização do Estado e dos Poderes da União, os direitos e garantias fundamentais.
Declaração de Jomtien	1990	Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.
Declaração de Salamanca	1994	Resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial.
Política Nacional de Educação Especial	1994	Diretrizes e ações para a inclusão e desenvolvimento educacional de pessoas com deficiência no Brasil.
Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)	2005	Promover a acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), garantindo o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Documento base sobre as diretrizes político operacionais da PNEEPEI no Brasil.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto	2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro	2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é

		considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
Lei nº 13.146, de 6 de julho	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses documentos legais formam uma linha do tempo de avanços legislativos e mostram a evolução do entendimento e da aplicação do conceito de inclusão no Brasil, com ênfase na Educação Superior e nos direitos das pessoas autistas. A escolha das leis mencionadas foi feita por representarem os principais marcos legais que fundamentam a inclusão educacional de pessoas com deficiência. Como, por exemplo, a Constituição Federal, que é o alicerce que sustenta todas as demais legislações, sendo indispensável para discutir inclusão educacional no Brasil; o Decreto nº 6.949, que é um marco internacional que reforça a obrigatoriedade de políticas inclusivas no Brasil e inspira legislações posteriores, como a LBI; e a Lei Berenice Piana, que é essencial para incluir pessoas com TEA no sistema educacional, especialmente no Ensino Superior, onde a reserva de vagas e o reconhecimento das necessidades específicas têm transformado as políticas de acesso e permanência. Já a LBI é a legislação mais abrangente sobre inclusão no Brasil, detalhando os direitos das pessoas com deficiência e estabelecendo diretrizes claras para instituições de ensino. Assim como a importância indiscutível do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Inicialmente, é importante explicar o termo que será utilizado ao longo deste trabalho para se referir às pessoas que estão no espectro do autismo. Há um debate extenso sobre a utilização dos termos “pessoas com autismo” e “pessoas autistas”. No entanto, para evitar aprofundar essa discussão, limita-se aqui a esclarecer o motivo da escolha pelo uso dos termos “autista”, “pessoa autista”, “estudante autista” e “discente autista”.

Neste trabalho, adota-se a perspectiva do autor, que é uma pessoa autista, bem como de outros integrantes do Coletivo Autista da UFBA, que consideram que a expressão “com autismo” não os representa adequadamente. Essa posição está refletida, inclusive, na lista de

demandas² enviadas ao Reitor da UFBA em maio de 2024. Prefere-se o termo “autista” ou “pessoa autista”, com base na compreensão de que o autismo é uma condição intrínseca e não algo mutável, como sugerido pela expressão “com autismo”, que implicaria a possibilidade de estar “com” ou “sem” autismo em diferentes momentos.

A quinta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5)³, publicada pela Associação Americana de Psiquiatria, define que as características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) incluem: prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. As manifestações variam significativamente de acordo com o nível de suporte da condição autista, o desenvolvimento e a idade cronológica, justificando o uso do termo espectro (APA, 2014). Além disso, o TEA pode estar associado a diversas comorbidades, como hiperatividade, distúrbios de sono, problemas gastrointestinais e epilepsia (Oliveira; Sertié, 2017, p. 233).

Definir o significado do autismo é abordar tanto a diversidade de possibilidades quanto os desafios, que podem variar amplamente de pessoa para pessoa. Silveira et al. (2023, p. 2) explicam que:

[...] Devido à classificação como espectro (que envolve as diferentes tipologias especificadas em manuais de saúde anteriores, desde a Síndrome de Asperger até o autismo clássico), o alcance e a gravidade dos comportamentos (sinais e sintomas) podem variar amplamente, o que significa que algumas pessoas com TEA aprendem a ler, escrever e comunicar-se oralmente, enquanto outras podem permanecer não verbais ao longo de toda a sua vida [...]

Embora o autismo tenha recebido maior atenção nos últimos anos, a inclusão ainda enfrenta barreiras significativas. Entre elas está a visão limitada e estereotipada que muitas vezes prevalece na sociedade e nas instituições educacionais, dificultando a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Esse cenário reflete o que Nunes (2012, apud Barbosa, 2018, p. 301) aponta como um desafio central, que “[...] diz respeito à concepção caricaturada que a comunidade escolar tem sobre o TEA, quadro que perpetua, por vezes, a exclusão”.

Outro obstáculo importante para a inclusão está relacionado ao estigma social

² Anexo B: Demandas do CAUFBA, página 51

³ Em 2022, foi lançada a versão revisada do DSM-5 (DSM-5-RT). Contudo, apenas a edição original de 2013 esteve acessível para consulta. É importante destacar que, nesta atualização, não houve alterações em relação às características diagnósticas do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

associado ao autismo que impacta, até mesmo, na construção social do indivíduo que por muitas vezes vai ser visto como inadequado por conta de estereotípias⁴ e/ou ecolalias⁵, por exemplo. Segundo Santos et al. (2020, p. 63), “por ser um transtorno que envolve a saúde mental, o autismo carrega o estigma da ‘loucura’, gerando incômodo para o possuidor dessa condição, que prefere permanecer invisível, diante do receio de sofrer preconceitos”.

Esse sentimento de inadequação reflete um sofrimento interno, como apontado por Silveira et al. (2020, p. 667), ao analisar o relato de um entrevistado: "seu discurso revela um sofrimento de não querer ser o 'diferente', mas sim, se 'adequar', de ser aceito". Essa busca pela aceitação evidencia a pressão social enfrentada por estudantes que, além dos desafios acadêmicos e institucionais, precisam lidar com o peso de se ajustarem a um ambiente que frequentemente desconsidera e desconhece as suas especificidades.

⁴ Estereotípias: Apesar de existirem estereotípias menos visíveis, que apenas com a convivência poderemos notar, existem outras que são mais visíveis, como o caso do flapping “[...] que é o agitar de mãos para baixo e para cima dobrando os punhos. É também como o hábito de balançar o tronco para frente e para trás[...]. (Lacerda, 2017, p 35)

⁵ Ecolalia: Lacerda (2017, p. 35) descreve a ecolalia no autismo como uma fala por repetição, que não possui uma função comunicante e que as frases podem ser idiossincráticas.

3. PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, incluindo um estudo de campo. A pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 51), “[...] faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior”. Já a pesquisa descritiva, segundo Gil (2002, p. 42), tem como principal objetivo a caracterização detalhada de determinada população ou fenômeno. Além disso, devido ao uso de atas e outros documentos institucionais, a pesquisa também se classifica como documental, que, conforme Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico”.

Foram utilizadas diferentes ferramentas para produção de dados, como documentos (incluindo atas das reuniões do Coletivo Autistas da UFBA), bibliografias e entrevistas semiestruturadas e enquête respondida por treze (13) discentes do CAUFBA. Também foram incluídas legislações e diretrizes institucionais pertinentes ao tema. As entrevistas semiestruturadas tiveram como público-alvo os membros do CAUFBA e representantes do NAPE. Ao entrevistarmos, segundo Bardin (2011, p.93)

Lidamos com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa — o entrevistado — orchestra mais ou menos a sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa vive, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa [...].

Essa metodologia permitiu mapear o contexto atual das políticas de inclusão e suporte oferecidas pela universidade, além de levantar informações qualitativas detalhadas baseadas nas experiências e percepções dos sujeitos envolvidos no processo. A combinação dessas abordagens possibilitou uma visão mais ampla e detalhada sobre os serviços e políticas institucionais voltadas aos estudantes autistas. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70)

[...] os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto [...].

Para analisar os dados obtidos por esta pesquisa, foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin (2011), que se organiza em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados — a inferência e a interpretação. Seguindo as orientações da autora, na etapa de pré-análise, foi realizada a leitura geral das entrevistas transcritas e a releitura dos objetivos de pesquisa de uma forma mais direcionada. Na fase de exploração do material, que é a fase

de codificação, todo material foi sintetizado e agregado em unidades, para permitir uma descrição do que foi referente a pesquisa (Bardin, 2011, p. 133). Na terceira etapa, que é a de tratamento dos resultados, é onde “[...] o processo interpretativo pode ser compreendido como o momento em que o pesquisador dá sentido e significado às manifestações encontradas e estabelece o diálogo com o arcabouço teórico” (Valle.; Ferreira, 2024).

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para investigar as estratégias adotadas pela UFBA no suporte à inclusão de estudantes autistas membros do CAUFBA e avaliar como essas ações atendem às demandas desse público, a pesquisa foi conduzida em dois momentos principais: o levantamento bibliográfico e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, complementadas por uma enquete direcionada a estudantes autistas integrantes do CAUFBA. Foi solicitado uma entrevista presencial com o NAPE, porém o Núcleo informou que o quantitativo de servidores é pequeno e que estavam com uma crescente demanda de atendimentos. O setor solicitou que as perguntas fossem encaminhadas por e-mail. Por sua vez, os(as) discentes autistas do CAUFBA preferiram que a entrevista fosse realizada por aplicativo de mensagem instantânea. Foram realizadas três tentativas de contato com a PROAE, mas não houve retorno. O roteiro de perguntas que seriam realizadas para a Pró-Reitoria encontra-se em anexo no apêndice D.

Com o objetivo de aprofundar e compreender o que vem sendo produzido desde a Lei 12.764/2012 sobre autismo no Ensino Superior, foi realizado um levantamento no mês de novembro de 2024 usando os descritivos “autismo, inclusão e educação superior” e a partir disso apenas três artigos tinham alguma relação com o tema aqui estudado. A seleção foi conduzida pela leitura do título e resumo desses artigos.

Quadro 2 – Levantamento de trabalhos na Revista Brasileira de Educação Especial (SCIELO)

Nº	TIPO	TÍTULO	OBJETIVO	INSTITUIÇÃO	AUTOR(A)	ANO
1	Artigo	Planejamento Educacional Individualizado de Estudante com Autismo na Universidade	Descrever e analisar o desenvolvimento e aplicação do PEI para uma universitária com TEA e comparar desempenho acadêmico antes e depois do PEI. Trata-se de estudo	UFABC	Silveira; Rosa; Benitez; Tannús-Valadão	2023

			de caso, com avaliações e envolvimento docente.			
2	Artigo	Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas	Analisar as condições de acesso e permanência de pessoas com TEA na Universidade a partir das queixas linguísticas apresentadas por eles.	UFSC	Silveira; Donida; Santana	2020
3	Artigo	Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão	Avaliar, por meio da análise sistemática de conteúdo, três práticas pedagógicas registradas conforme premissas e argumentos práticos no ensino com (Ciências Biológicas) e sem (Psicologia) estudantes autistas.	PUCPR	Fischer	2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

Silveira et al. (2023) discutiram o papel do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) no Ensino Superior para estudantes autistas, demonstrando como esse instrumento pode atuar como uma estratégia de apoio e uma ferramenta para assegurar a permanência acadêmica desses discentes. O estudo fornece resultados concretos para embasar essa análise, incluindo dados sobre trancamentos, reprovações e cancelamentos de disciplinas antes e depois da implementação do PEI, ilustrando uma melhoria significativa nas taxas de permanência após a adoção dessa prática.

Ainda no contexto da permanência de estudantes autistas, Silveira, Donita e Santana (2020) analisaram as condições de acesso e permanência, considerando as dificuldades linguísticas relacionadas por esses discentes. O estudo também aborda o processo de inclusão

desses estudantes e destaca a importância do Núcleo de Acessibilidade das Universidades para garantir acessibilidade, inclusão e permanência.

Fischer (2019) explora a autorreflexão e a autoformação de docentes sem formação específica na Educação Especial, utilizando diários reflexivos como ferramenta. O estudo analisa os dilemas enfrentados por esses professores, que muitas vezes se sentem desorientados ao lidar com as demandas inclusivas na sala de aula. Os diários servem como um espaço para que os docentes reflitam sobre as suas práticas, confrontem as suas dificuldades e desenvolvam estratégias próprias para promover uma inclusão mais efetiva. Fischer destaca, assim, a necessidade de uma mudança de paradigma na inclusão educacional, enfatizando que a formação reflexiva pode ser um passo crucial para transformar as práticas docentes e tornar o ambiente escolar mais acessível.

Após o primeiro momento de levantamento bibliográfico e entrevistas, uma enquete foi construída e aplicada em um aplicativo de mensagem instantânea no grupo do CAUFBA, em dezembro de 2024. A pergunta da enquete era: “Quais são os aspectos mais urgentes para melhorar a inclusão e a permanência de estudantes autistas na UFBA?”.

Quadro 3 – Enquete: Aspectos mais urgentes para estudantes autistas na UFBA

Nº	Opções	Votos
1	Adoção de um processo simplificado de editais e cadastro de estudantes com deficiência.	6
2	Criação de um “guia do estudante” acessível e com foco nas necessidades neurodivergentes.	7
3	Oferta de tecnologia assistiva e adaptações pedagógicas (avaliações, materiais de aula).	7
4	Melhor preparo de professores/funcionários para lidar com estudantes autistas (formação e palestras).	13
5	Estrutura física acessível (RU, salas, transporte e alojamento).	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os participantes, dos treze (13) que participaram, destacaram que a prioridade mais urgente identificada na enquete, de múltipla escolha, é aprimorar o preparo de professores e funcionários por meio de formações, palestras e outras iniciativas de capacitação. Isso se mostra essencial, pois a prática inclusiva só se concretiza a partir de

estratégias e adaptações viabilizadas pela formação continuada. Contudo, segundo Matos e Pimentel (2019, apud SILVA, 2013, p. 64), mesmo com a formação continuada, o processo não é simples. Ele exige dos(as) docentes “mudança de postura pedagógica, reformulação de representações e de práticas educacionais excludentes, predisposição para a aprendizagem, formação permanente e o exercício de pensar criticamente a própria prática”. Essa formação e mudança de postura é importante e se estende, também, a toda comunidade Institucional.

Em segundo lugar, os aspectos destacados foram a “criação de um ‘guia do estudante’ acessível e com foco nas necessidades neurodivergentes” e a “oferta de tecnologia assistiva e adaptações pedagógicas (avaliações, materiais de aula)”. Embora a UFBA já disponha de um guia do estudante, a proposta de criar uma versão acessível, voltada especificamente às necessidades neurodivergentes, surgiu como uma sugestão durante as entrevistas. Quanto às adaptações pedagógicas, como será discutido mais adiante, a sua implementação ainda depende, muitas vezes, da iniciativa de cada educador(a). Nesse sentido, Sampaio e Magalhães (2018, não paginado) reforçam que os professores precisam dominar conhecimentos básicos para incluir esses estudantes em sala de aula, adaptar materiais pedagógicos, revisar conteúdos dos livros didáticos e receber orientações adequadas que direcionem o seu trabalho docente de forma inclusiva.

Outro aspecto considerado urgente pelos estudantes é a simplificação dos processos de editais e cadastro para estudantes com deficiência, uma demanda⁶ destacada pelo Coletivo. De acordo com o próprio CAUFBA, essa medida visa melhorar a eficiência na comunicação entre os discentes e o NAPE, facilitando o acesso aos serviços e garantindo maior agilidade no atendimento às necessidades específicas dos estudantes.

Por fim, destaca-se a necessidade de uma estrutura física acessível, incluindo o Restaurante Universitário (RU), salas de aula, transporte interno e as residências. Apesar de ter recebido menos votos na enquete, a importância dessas medidas é inegável, pois impactam diretamente a permanência e o bem-estar dos estudantes. A ausência de acessibilidade em espaços básicos limita a autonomia, enquanto locais com excesso de estímulos ou sem áreas de autorregulação dificultam a experiência acadêmica de estudantes autistas. Investir em melhorias estruturais é fundamental para assegurar que a universidade ofereça condições adequadas de inclusão e permanência. A baixa priorização desse aspecto na enquete pode

⁶ Anexo B: Demandas do CAUFBA, página 51

refletir uma falta de visibilidade para a questão da infraestrutura ou a percepção de que outros problemas, como a formação docente e a adaptação pedagógica, são ainda mais urgentes.

4.1 INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS E REPRESENTATIVAS NA UFBA

Embora a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAE) não tenha participado diretamente desta pesquisa, o seu papel é fundamental no suporte à inclusão universitária. A PROAE coordena ações voltadas para a permanência e o bem-estar de estudantes em situação de vulnerabilidade, incluindo estudantes com deficiência. No contexto da UFBA, o NAPE está vinculado à PROAE e atua como o principal responsável pelo suporte educacional especializado, conectando as políticas institucionais às práticas inclusivas na universidade.

O Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE) foi estabelecido pela portaria nº 74, de 26 de março de 2008, e está vinculado à PROAE. A sua missão, conforme descrito no website do NAPE, é "contribuir para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, didáticas e culturais, visando à inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal da Bahia". Os núcleos de acessibilidade "visam promover ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e informacionais, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade[...]". (CIANTELI; LEITE, 2016, p. 417).

Com relação ao que o NAPE faz na prática, Santos, et al. (2020, p. 60) diz que:

O núcleo oferece como fontes de ajuda reuniões com o professor para saber quais são as dificuldades e depois com o aluno e a família. A equipe do núcleo de apoio é constituída por uma psicóloga e uma pedagoga, que tentam identificar a disciplina de dificuldade para o aluno e realizam uma reunião.[...] É a partir das dificuldades específicas que o Núcleo começa a atuar. Fazem uma reunião de avaliação das necessidades.

Ao buscar informações no site do NAPE, na aba de Notícias as informações estão desatualizadas, e a aba de Serviços redireciona para páginas com a mensagem "em breve". Ao realizar uma pesquisa no site utilizando termos como "autismo", "TEA" ou "autista", nenhum resultado é encontrado. Atualmente, as informações sobre os serviços oferecidos pelo NAPE são acessíveis somente se o(a) discente já souber da existência do Núcleo e entrar em contato por e-mail, solicitando orientações sobre os procedimentos necessários ou buscando informações pessoalmente.

O Coletivo Autista da UFBA foi criado no final de 2022, mas consolidou a sua atual estrutura no início de 2023, e desde então tem dialogado com outras instâncias da UFBA, como representantes da própria PROAE, NAPE, Restaurante Universitário (RU), do SMURB e da própria Reitoria da Universidade. O ambiente virtual do Coletivo reúne atas de reuniões, formulários, demandas dos(as) estudantes, informações de contatos, artigos entre outros documentos importantes. Entre esses, destaca-se um documento de propostas que define o grupo como um Coletivo “de e para estudantes autistas da Universidade Federal da Bahia”. O principal objetivo é, conforme descrito no documento, é criar um ambiente acolhedor para os estudantes autistas da UFBA, promovendo encontros semanais ou quinzenais, oferecendo suporte mútuo em questões acadêmicas, e conscientizando a comunidade universitária sobre o autismo através da elaboração de projetos como rodas de conversa, palestras e outras atividades abertas.

A seguir, serão apresentados os perfis dos entrevistados, que ilustram as experiências individuais de estudantes autistas na UFBA. Os nomes utilizados, para identificar os participantes, serão P1 e P2, garantindo o anonimato e o sigilo das informações.

P1 é estudante do curso de Biotecnologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atualmente matriculado no primeiro semestre após um período de trancamento de matrícula. Possui outras condições associadas, como epilepsia, fibromialgia e deficiência auditiva. P2 é estudante do curso de Artes Visuais da UFBA, cursando o equivalente ao sexto semestre, mas está dessemestralizado(a). Não possui outras deficiências além do diagnóstico de autismo.

A partir dos dados produzidos, foram elaboradas categorias de análise alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo uma interpretação reflexiva sobre as lacunas e potencialidades das políticas inclusivas da Universidade. Essas categorias priorizam a identificação das percepções sobre acessibilidade acadêmica e institucional, além das demandas e necessidades específicas de estudantes autistas. Foram estruturadas três categorias: 1) Relação entre o NAPE e os estudantes autistas; 2) Desafios institucionais nas políticas de inclusão; 3) Barreiras e demandas para a inclusão de estudantes autistas na UFBA.

4.2 RELAÇÃO ENTRE O NAPE E OS ESTUDANTES AUTISTAS

Nesta seção, será analisada a relação entre o Núcleo de Apoio à Inclusão e o Coletivo Autista da UFBA, destacando as principais demandas apresentadas pelos estudantes, as características dos atendimentos realizados atualmente pelo Núcleo e como essas interações refletem nas políticas e práticas institucionais voltadas à inclusão.

Em 2018, o Núcleo atendia apenas três estudantes autistas no campus de Salvador. De acordo com o Panorama Estatístico 2024 do NAPE, esse número cresceu para 64⁷ em 2024, representando um aumento aproximado de 77,78% ao ano. Esse crescimento significativo reflete os avanços proporcionados por legislações como a Lei Berenice Piana (12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), que ampliaram o acesso de estudantes autistas ao Ensino Superior. Contudo, Saraiva (2015, p. 47) enfatiza que o Núcleo também possui destaque por “[...] materializar e responder pela organização das ações institucionais para o combate às barreiras que interferem no acesso e permanência dos alunos com NEE nesse nível de ensino [...]”.

Nesse contexto, o NAPE tem se esforçado para atender às demandas do CAUFBA e contribuir para uma Universidade mais inclusiva, como ilustrado no seguinte relato:

Desde junho/2024, temos dialogado com o NUFAP/PROGRAD, a fim de atender as demandas encaminhadas pelo CAUFBA aos dirigentes da Universidade, para a realização do Webinário de Educação Superior Inclusiva, com a coordenação partilhada do NAPE/PROAE E NUFAP/PROGRAD, com o intuito de conscientizar os docentes através de processos de capacitação, visando estratégias humanizadas e humanizadoras que incluíssem os próprios estudantes deste Coletivo como participantes na elaboração e prática das estratégias, através do compartilhamento de suas experiências. (Representante do NAPE)

Com relação aos Webinários⁸ citados, foram quatro lives, com palestrantes participantes e membros do CAUFBA, com os seguintes temas: 1) Questões cognitivas para universitários neurodivergentes e com TEA; 2) Educação inclusiva para estudantes com TEA; 3) Desafios sensoriais para estudantes com TEA e 4) Possíveis desafios na sociabilidade para universitários neurodivergentes.

⁷ Sobre o quantitativo de estudantes autistas, o Núcleo orientou consultar a PROGRAD, pois possuíam, apenas, a estatística de estudantes que procuram o apoio do Núcleo.

⁸ Os cards do Webinário encontram-se no Anexo C, p. 56

O NAPE relata que as demandas mais frequentes dos estudantes autistas incluem: 1) apoio de bolsistas de acessibilidade em sala de aula; 2) letores/transcritores para auxiliar durante as provas; 3) disponibilização de salas reservadas para avaliações, quando necessário; 4) apoio pedagógico, por meio de recomendações e estratégias voltadas para adaptações pedagógicas; 5) apoio social, que envolve acolhimento, escuta qualificada e encaminhamentos sob a perspectiva da educação inclusiva; 6) orientações sobre os direitos dos estudantes do público-alvo do AEE; 7) realização de reuniões com estudantes, famílias, docentes e coordenadores de curso; e 8) envio semestral de documentos orientadores aos Colegiados.

Essas iniciativas mostram o esforço do Núcleo em atender tanto às necessidades individuais quanto em promover mudanças que assegurem a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes autistas. É importante ressaltar que, devido ao quantitativo de servidores ser pequeno, o Núcleo possui limitações para acolher a quantidade de estudantes que atende.

Com relação ao atendimento do NAPE, P2 relatou que, nas vezes em que precisou solicitar adaptações, ainda não possuía cadastro no Núcleo. Segundo o depoimento:

Enviei um e-mail para o NAPE em abril de 2024 e só recebi resposta no final do ano, acho que em outubro. Me enviaram um e-mail avisando que haveria uma reunião, acho que dois dias depois. Eu estava com muito e-mail acumulado e só vi umas duas semanas depois. Mandeí um e-mail explicando, e eles me responderam mais de uma semana depois, avisando que teria outra reunião poucos dias depois. Fui e fui super bem acolhida. Não lembro o nome do rapaz, mas ele conversou muito comigo, explicou várias coisas e perguntou bastante para formular aquele documento lá que eles fazem. (P2, estudante do CAUFBA).

Apesar das dificuldades iniciais com o tempo de resposta e a comunicação, P2 destacou que a experiência presencial no NAPE foi positiva e acolhedora, evidenciando o esforço dos profissionais para atender às demandas dos estudantes.

4.3 DESAFIOS INSTITUCIONAIS NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Neste subcapítulo, serão apresentados os desafios enfrentados pelo Núcleo, as lacunas existentes em sua atuação e as políticas institucionais voltadas à inclusão e suporte aos estudantes autistas. A discussão abordará os principais obstáculos encontrados, assim como as limitações estruturais e organizacionais que impactam a eficácia dessas políticas.

Diante do crescimento expressivo das demandas relacionadas à inclusão e ao atendimento especializado, o Núcleo foi questionado sobre os principais desafios enfrentados nesse cenário. Em sua resposta, destacou:

[...] o maior desafio é a inexistência ou o número reduzido de profissionais qualificados para lidarem com as demandas crescentes e a carência de recursos que afeta o orçamento das universidades públicas. (Representante do NAPE)

Diante das especificidades que cada autista traz, é essencial que os núcleos de acessibilidade contem com profissionais capacitados, capazes de compreender e atender às diversas demandas apresentadas por esses estudantes. Como destaca Saraiva (2015, p. 134), “é necessário no âmbito dos núcleos de acessibilidade profissionais capacitados para responder tais demandas”, considerando que cada caso exige abordagens e estratégias específicas. A formação contínua desses profissionais é um fator determinante para garantir um atendimento adequado, promovendo a inclusão efetiva e a permanência dos estudantes autistas no ambiente acadêmico.

Além disso, quando questionado sobre as dificuldades específicas para oferecer um atendimento adequado e personalizado, o Núcleo ressaltou que:

A quantidade de profissionais disponíveis para mediar as relações entre o aluno, os docentes e colegas tem sido a maior dificuldade. (Representante do NAPE)

Essa limitação evidencia a necessidade de ampliar as equipes de apoio para garantir um atendimento mais eficiente e alinhado às demandas dos estudantes, fortalecendo a articulação entre as diferentes instâncias acadêmicas.

Essa realidade é corroborada pelo estudo de Saraiva (2015, p. 146), que ressalta “a necessidade de formação de profissionais com capacitação específica na área de educação especial/inclusiva para a constituição de equipes interdisciplinares nos núcleos de acessibilidade objetivando o atendimento adequado [...]”.

Os dados⁹ enviados pelo NAPE demonstram um crescimento expressivo no número de atendimentos ao longo dos anos. Em 2017.2, o Núcleo atendia 16 estudantes; já em 2018.1,

⁹ Anexo A: Evolução dos atendimentos realizados pelo NAPE, página 50

esse número saltou para 36, um aumento significativo em apenas um semestre. Em 2024, o total de estudantes atendidos alcançou 320, dos quais 64 são autistas.

Frente a esse aumento considerável de demandas, o Núcleo foi questionado sobre a existência de algum plano para ampliar o suporte ou adaptar o atendimento ao crescimento contínuo. Em resposta, o NAPE esclareceu:

A resolução desta questão não está dentro do alcance e/ou competência do NAPE, que é um Núcleo dentro da Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE), dentro da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Através de nossos relatórios anuais, enviados às instâncias superiores, apontamos, sempre, a necessidade de expansão, devido às demandas crescentes. (Representante do NAPE)

Essa resposta evidencia as limitações estruturais e organizacionais do Núcleo, que, apesar de registrar o aumento das demandas e buscar melhorias por meio de relatórios, depende das instâncias superiores para implementar ações concretas de expansão e fortalecimento do suporte oferecido.

4.4 BARREIRAS E DEMANDAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NA UFBA

Este capítulo analisará os desafios acadêmicos, institucionais e sociais enfrentados pelos(as) estudantes autistas na UFBA, bem como as demandas por adaptações, estruturas de apoio e inclusão institucional. Serão discutidas as barreiras relacionadas à falta de acessibilidade pedagógica e física e às dificuldades de interação social, destacando como essas questões impactam a permanência e o sucesso acadêmico. Além disso, serão exploradas as principais necessidades apontadas pelos(as) estudantes, evidenciando as lacunas existentes nas políticas inclusivas e apresentando demandas essenciais para promover uma universidade mais equitativa e acolhedora.

Em relação aos desafios acadêmicos, ambos os entrevistados apontaram como uma das questões mais urgentes a resistência de alguns professores em compreender e atender às necessidades dos estudantes autistas. Essa resistência se manifesta, por exemplo, na dificuldade em implementar adaptações pedagógicas, como relatado:

Ter que ensinar o que é autismo aos professores, ter que ensinar como formular as avaliações, ter professores recusando a solicitação de sala separada e/ou prova adaptada. A falta de legendas descritivas ou de um texto

pra acompanhar em alguns contextos, principalmente quando se tem um vídeo ou apresentação. (P1, estudante do CAUFBA).

Outro ponto levantado foi a necessidade de maior conscientização e capacitação no ambiente acadêmico:

Acho que o mais emergencial é conscientizar os professores. Preferencialmente funcionários e corpo estudantil também, mas vejo a galera relatando mais problemas com professores, imagino que por eles terem um grau de controle sobre a gente. (P2, estudante do CAUFBA).

Esses relatos evidenciam a urgência de repensar práticas pedagógicas no ensino superior, especialmente no que diz respeito à inclusão. Como afirmam Matos e Pimentel (2019, p. 79):

[...] para desenvolver uma prática engajada com a política da inclusão, o docente precisa partir do reconhecimento da diversidade existente no espaço educativo, entender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem, e compreender que cada pessoa com deficiência possui especificidades, demandando, em algumas situações, um apoio específico.

Apesar da existência de políticas institucionais voltadas à inclusão, os relatos revelam uma lacuna significativa na formação docente e na conscientização sobre as especificidades dos estudantes autistas. Essa insuficiência reflete a dependência dos discentes em relação à iniciativa individual de cada professor, como apontado por P2: Ter que ficar pedindo adaptação e dependendo da boa vontade de cada professor pra ver se aquilo vai ser cumprido ou não. (P2, estudante do CAUFBA).

É necessário ressaltar a importância de investir em recursos e estratégias que não apenas aliviam a sobrecarga dos docentes, mas também garantam que os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, em igualdade de condições com os demais discentes, conforme destaca Holanda (2023, p. 8):

A falta de recursos e de experiências inclusivas nas IES pode deixar o docente com sobrecarga de trabalho, sendo necessária a elaboração de alternativas que facilitem a prática docente, pois os alunos com deficiência têm o direito de receber educação de qualidade, como os demais.

P2 relata ainda que: A gente sofre na mão de colega, professor, funcionário. Não temos espaços para nos regular, sofremos capacitismo o tempo inteiro e temos que lutar pra caramba pra conseguir o mínimo de adaptações. (P2, estudante do CAUFBA).

Nesse contexto, Sampaio e Magalhães (2018, não paginado) destacam que, sem uma formação adequada, “[...] é impossível a inclusão acontecer, somando-se a isso um trabalho de conscientização na escola e na comunidade [...]”. Isso evidencia a necessidade de que discentes, docentes e demais funcionários recebam ao menos uma formação básica que os capacite a lidar de maneira eficiente e sensível com as especificidades dos estudantes autistas, promovendo uma inclusão efetiva no ambiente educacional.

Diante desse cenário, torna-se essencial promover estratégias de formação continuada para toda a comunidade docente, em especial para os docentes, com foco no entendimento das características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e na adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Isso inclui não apenas a realização de adaptações em avaliações e materiais didáticos, mas também a adoção de uma postura pedagógica que valorize a singularidade dos estudantes e contribua para a construção de um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e equitativo.

Olivati e Leite (2019, p. 662) enfatizam a importância de ampliar as pesquisas focadas na permanência de estudantes autistas no Ensino Superior. As autoras ressaltam que é essencial identificar e superar os obstáculos enfrentados no ambiente acadêmico, com o objetivo de prevenir a evasão e assegurar uma permanência de qualidade, promovendo condições que favoreçam o pleno desenvolvimento desses estudantes no contexto universitário.

As autoras (2019, p. 731) observam ainda que o avanço das políticas públicas voltadas para a promoção e valorização de práticas educacionais inclusivas têm contribuído significativamente para ampliar o acesso de estudantes com TEA a níveis mais elevados de ensino. No entanto, essa expansão evidencia a necessidade urgente de repensar os ideais, valores, antigas crenças e práticas direcionadas a esse grupo social, buscando transformações que promovam uma inclusão efetiva e sustentável no contexto educacional.

Apesar da importância dessa demanda, a capacitação dos profissionais ainda é limitada. A UFBA divulgou, em 2024, o "Curso de Políticas de Inclusão e Acessibilidade e o Público-Alvo da Educação Especial", destinado aos servidores da Universidade (PORTAL DE CAPACITAÇÃO, 2024). No entanto, o curso tem apenas 48 horas de duração e oferece apenas 25 vagas. Considerando que, em 2023, a UFBA contava com um quadro de 7.122

funcionários (UFBA EM NÚMEROS, 2023), entre docentes, servidores técnico-administrativos e terceirizados, essas 25 vagas representam menos de 1% do total de colaboradores da instituição, mostrando que o caminho para a capacitação em massa é longo.

Ainda sobre os principais desafios enfrentados na UFBA, ambos os estudantes mencionaram dificuldades relacionadas à sobrecarga sensorial. Conforme relatado por P1, “o excesso de barulhos, cheiros, luzes e estímulos da faculdade, principalmente no RU [...]” representa uma barreira significativa (P1, estudante do CAUFBA). Essas sensibilidades sensoriais estão entre os critérios diagnósticos estabelecidos pelo DSM-5, reforçando a necessidade de considerar essas especificidades no ambiente acadêmico para promover a inclusão efetiva.

Ainda sobre isso, P2 relata que:

[...] o desafio mais recorrente é a presença. Estar no ambiente da faculdade, ir pra todas as aulas. Estar o tempo todo em turmas diferentes com pessoas diferentes em salas diferentes em campus diferentes. E todos os estímulos e incômodos que entram nisso. Muita gente, muito barulho, ter que ficar indo de um lugar pro outro, ficar no ponto cheio no sol esperando o buzufba, comer no RU lotado. (P2, estudante do CAUFBA).

Essas sensibilidades sensoriais, associadas à aversão a mudanças e à insistência em rotinas, podem “interferir na alimentação e no sono e tornar os cuidados de rotina extremamente difíceis (p. ex., cortes de cabelo, cuidados dentários)” (APA, 2014). Esses fatores podem impactar diretamente na frequência acadêmica obrigatória. Nesse contexto, o documento de demandas do CAUFBA propõe a flexibilização¹⁰ da exigência de presença mínima para estudantes diagnosticados com TEA. Atualmente, essa exigência é de 75%, e o documento argumenta que:

Flexibilizar a obrigatoriedade de o estudante ter no mínimo de 75% de presença na disciplina para poder ser aprovado, visto que há muitos fatores que podem causar crises à pessoa autista no decorrer do dia. Sugere-se que os instrumentos avaliativos possam ser aplicados como forma de estimar o conhecimento adquirido pela pessoa, bem como a possibilidade de atribuir trabalhos extras como forma de avaliação substituindo a presença. O estudante autista estaria respaldado a pedir regime de Ensino Domiciliar

¹⁰ É importante destacar que a flexibilização da presença já é uma prática existente em algumas instituições, como na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFMG regulamentou o Regime Acadêmico Especial para Permanência (Raep) de estudantes de graduação, por meio da Resolução nº 01, de 20 de abril de 2023. A notícia será devidamente citada nas referências.

previamente estabelecido via Resolução da UFBA no 05/2018, para todas as disciplinas, em todos os semestres letivos. Para poupá-lo do grande desgaste burocrático de formalizar todas as vezes o pedido de Regime Domiciliar, institucionalizar via ofício ou portaria o ato que torna não obrigatório a presença em no mínimo 75% das aulas, como condição de aprovação acadêmica, salvaguardando o direito da Lei Brasileira de inclusão.¹¹

E justifica dizendo¹²:

Diante dos diagnósticos e das consequências físicas e mentais do excesso de estímulos sensoriais e de demandas do ambiente acadêmico e dos demais espaços de convívio é necessário que as faltas não sejam consideradas, pois os estudantes podem apresentar momentos de sobrecarga sensorial e emocional, em que entramos em um estado de shutdown do autismo, que pode durar dias, em que perdemos a funcionalidade, com impacto na comunicação e na execução de tarefas. Diante das faltas, os assuntos devem ser fornecidos para estudo em casa após recuperação do nosso estado de esgotamento ou colapso, devendo ser considerados aptos para conclusão do semestre de acordo com nosso desempenho nas avaliações, recebendo acolhimento, apoio e sendo verdadeiramente incluídos, respeitando nossa forma de funcionamento cerebral.

Diante disso, ambos os entrevistados mencionaram dificuldades em encontrar locais adequados para apoio à autorregulação. Essa necessidade, inclusive, está entre as demandas do CAUFBA, conforme consta no documento, que afirma:

O estudante em crise sensorial, colapso e desligamento (Meltdown e Shutdown), necessita de um ambiente controlado e isolado com as adequações supracitadas para alcançar seu nível regulatório.

Ainda sobre questões sociais e principais desafios, P2 relata:

A dificuldade de me comunicar com as pessoas pra fazer minhas solicitações [...] e a falta de preparo para lidar com mutismo situacional e pessoas insistindo para que eu fale ou esteja acompanhado(a), ao invés de se adaptar às comunicações alternativas, como escrita, app ou pranchas de comunicação. (P2, estudante do CAUFBA).

Essas dificuldades refletem o conceito de mutismo situacional, definido por Filipe (2019) como uma dificuldade persistente em falar em determinadas situações, especialmente em contextos sociais onde se espera comunicação verbal, como no ambiente acadêmico ou profissional.

Em relação aos desafios institucionais, P1 destacou a burocracia enfrentada no processo de cadastro na PROAE, evidenciando uma burocracia que impacta negativamente a

¹¹ As citações relacionadas às demandas do CAUFBA estão localizadas no Anexo B, na página 51.

¹² Apresento essas demandas com o objetivo de fomentar discussões e servir como ponto de partida para futuras pesquisas daqueles que se interessarem por esse tema.

experiência dos estudantes autistas. P2 também relatou dificuldades relacionadas à interação e com o NAPE. Ela mencionou que, ao enviar um e-mail ao núcleo em abril de 2024, só recebeu retorno cerca de seis meses depois, em outubro, o que atrasou significativamente o acesso ao suporte necessário. Como relatado: “As vezes que precisei pedir adaptações não tinha cadastro lá ainda, então dependi só da ajuda da minha psicóloga”(P2). Embora tenha descrito seu primeiro atendimento presencial no NAPE como positivo, com acolhimento adequado, P2 destacou que, após este momento, não teve mais nenhuma outra experiência com o Núcleo. Essas dificuldades reforçam a percepção de que o suporte oferecido pela Universidade é fragmentado e dependente de constantes e repetidas iniciativas individuais.

Em seu estudo sobre as políticas e práticas de inclusão no Ensino Superior, Nozu; Bruno; Cabral (2018, p. 108) destacam que:

Ao analisar as políticas e práticas institucionais realizadas ao longo dos últimos dez anos, seja no âmbito organizacional pautado no tripé do ensino, pesquisa e extensão, seja na esfera dos serviços ofertados, é possível identificar que, para cada ação inerente ao ingresso, permanência e sucesso acadêmico do PAEE, existiram e ainda persistem desafios que foram, que são e/ou que deverão ser enfrentados no cotidiano acadêmico, vislumbrando-se sempre perspectivas futuras para atuações concretas.

Ou seja, mesmo com a implementação de políticas de inclusão que abrangem o tripé ensino, pesquisa e extensão, os desafios para garantir o acesso, permanência e sucesso acadêmico dos discentes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) continuam a existir. Nozu et al. (2018, p 119) afirmam ainda que, uma vez inseridos na instituição, “independentemente do tipo de necessidades educacionais específicas, foram necessárias estratégias que propiciassem, para além do ingresso, condições de permanência e sucesso acadêmico aos estudantes PAEE”.

Essa realidade evidencia a necessidade de ações contínuas que não apenas promovam o ingresso desses estudantes, mas também assegurem condições adequadas para sua permanência e desenvolvimento no ambiente universitário. Por isso que “as peculiaridades do estudante com TEA despertam na comunidade escolar a necessidade de mudanças na organização escolar, currículo, rotina institucional, prática pedagógica, flexibilização da metodologia e avaliação do conhecimento” (BARBOSA, 2018, p. 300, apud ÓRRU, 2012; APA, 2014; BARBOSA; FUMES, 2016).

Diante dos desafios expostos, as demandas apresentadas pelos estudantes autistas e pelo CAUFBA reforçam a necessidade de adaptações acadêmicas, melhorias nas estruturas de apoio e ações institucionais mais efetivas. Entre as principais demandas estão a flexibilização de faltas, a criação de espaços de autorregulação, o aprimoramento das políticas de acessibilidade e a capacitação contínua de professores e funcionários. Tais medidas são indispensáveis para garantir uma inclusão efetiva e a permanência de qualidade dos estudantes autistas na UFBA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não pretende ser conclusivo, trata-se de mais um passo no processo de reflexão e ação no campo da educação inclusiva. Ainda há muito a ser explorado, não apenas sobre o NAPE ou os estudantes autistas, mas também sobre todos(as) que compõem a comunidade universitária. Em especial, destaca-se a importância de investigar a perspectiva dos professores, que não foram diretamente ouvidos nesta pesquisa, mas cuja atuação foi frequentemente mencionada pelos participantes. Espero que futuras pesquisas nesse contexto sejam desenvolvidas, possibilitando a ampliação de nossas referências, conhecimentos e propostas para a implementação de ações mais inclusivas e efetivas. É importante destacar que a literatura acadêmica sobre o tema, no contexto do Ensino Superior, ainda é limitada. Em muitas ocasiões, ficou evidente que pesquisadores da área precisam recorrer a dados e informações oriundos do contexto da Educação Básica como material de apoio para a elaboração de suas pesquisas.

O objetivo principal deste trabalho foi investigar as estratégias da UFBA para oferecer suporte e orientar discentes autistas, compreendendo como essas estratégias são implementadas e avaliando sua eficácia a partir das perspectivas e demandas dos próprios estudantes. Com isso, busca tornar a universidade um ambiente mais inclusivo para todos(as), especialmente para os discentes autistas.

Entre os principais pontos levantados, estão a necessidade de maior capacitação docente, a implementação de adaptações pedagógicas consistentes e a criação de espaços para autorregulação sensorial. Os relatos dos participantes evidenciaram que, muitas vezes, a responsabilidade pela inclusão recai sobre os próprios estudantes, que precisam lutar por adaptações e enfrentam resistência de colegas e professores.

No que tange às estruturas institucionais, foi identificado que o NAPE, apesar de ser uma instância fundamental no suporte aos estudantes com deficiência, enfrenta limitações de recursos humanos e financeiros, comprometendo a eficiência no atendimento às demandas crescentes. Essa realidade reflete a urgência de reforçar e ampliar os investimentos em políticas inclusivas, garantindo suporte adequado e acessibilidade física e pedagógica.

Além disso, o papel do Coletivo Autista da UFBA (CAUFBA) se destacou como uma iniciativa essencial para dar voz às demandas dos estudantes autistas, promovendo articulação e diálogo com as instâncias institucionais. A pesquisa indica que a maioria das demandas do CAUFBA, como a criação de espaços de autorregulação sensorial e a capacitação de profissionais no atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), são de extrema relevância para garantir uma inclusão mais efetiva e humanizada. Porém, essas demandas ainda não foram totalmente atendidas pelas políticas atuais, destacando a necessidade de maior integração entre o Coletivo e os setores responsáveis, a fim de fortalecer as ações de inclusão.

A pesquisa também evidenciou a importância da colaboração entre o NAPE e os próprios discentes autistas. Essa colaboração é fundamental para que as práticas inclusivas sejam não apenas implementadas, mas também adaptadas continuamente às necessidades específicas de cada estudante.

É importante reconhecer que a inclusão é um processo contínuo e dinâmico. A UFBA tem a oportunidade de se tornar um modelo de inclusão no Ensino Superior, mas para isso, precisa continuar evoluindo e se adaptando às novas demandas e desafios.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, M, O. **O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação**. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 61 | p. 299-310| abr./jun. 2018 Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por L. A. Reto, A. Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEED, 2008.

_____. **Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 08 dez. 2024.

_____. **Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

_____. **Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

CIANTELI, A. P. C; LEITE, L. P. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul.-Set., 2016

FILIPE, L. C. M. **Mutismo seletivo: um estudo de caso O silêncio nem sempre é de ouro**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Escola Superior de Educação de Fafe, Braga, Portugal, 2019.

HOLANDA, R. A. **A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades da prática docente**. Revista Transmutare, Curitiba, v. 8, e16892, p. 1-15, 2023.

LACERDA, L. **Transtorno do Espectro Autista: uma brevíssima introdução**, Curitiba: CRV, 2017.

MATOS, A. P. S.; PIMENTEL, S. C. **A prática docente para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 35, p. 77-95, out./dez. 2019.

MELO, D. C. F.; MAFEZONI, A. C. **O direito de aprender e os alunos público-alvo da educação especial**. Educação em Debate, Fortaleza, ano 41, no 78 - jan./abr. 2019.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G.; CABRAL, L. S. **A Inclusão no Ensino Superior: Políticas e Práticas na Universidade Federal da Grande Dourados**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 105-113.

OLIVATI, A. G.; LEITE, L. P. **Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n.4, p.729-746, Out.-Dez., 2019

OLIVEIRA, K. G.; SERTIÉ, A. L. **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético**. Revendo Ciências Básicas - Einstein. 2017; 15(2), p. 233-8.

PEREIRA, A. C. S.; BARBOSA, M. O.; SILVA, G. G.; ORLANDO, R. M. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): Definição, características e atendimento educacional**. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 191-212, 2015.

PORTAL DE CAPACITAÇÃO. **Curso Políticas de Inclusão e Acessibilidade & o Público Alvo da Educação Especial/2024**. Disponível em: <<https://capacitar.ufba.br/curso-politicas-de-inclusao-e-acessibilidade-o-publico-alvo-da-educacao-especial2024-0>>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed., 2013.

RIBEIRO, M. C. **Núcleos de acessibilidade e inclusão nas instituições de ensino superior - estado de conhecimento**. Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.21, n.10, p. 01-26. 2024.

SAMPAIO, L.M.T; MAGALHÃES, C.J.S, **Formação do professor na educação inclusiva e TEA**. Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize, 2018.

SANCHES, T. **UFMG aprova regime acadêmico especial, que amplia condições de permanência na graduação**. 2023. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-aprova-regime-academico-especial-que-amplia-condicoes-de-permanencia-na-graduacao>>

SANTOS, W. F.; SANTANA, V. S.; DIAS, L. S. S.; TEIXEIRA, C.M. D.A.; PONDÉ, M. P. **A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior**. Revista EntreIdeias, Salvador, v. 9, n. 3, p. 5-66, set./dez. 2020.

SARAIVA, L. L. O. **Núcleos de Acessibilidade e o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais nas universidades federais do nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015

SILVEIRA, P. T.; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. **Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista:** discussões acerca de barreiras linguísticas. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 03, p. 659-675, nov. 2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990a. Não paginado. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por> . Acesso 8 de dez. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e estrutura de ação em educação especial.** Salamanca, 1994. Não paginado. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>>. Acesso em: 08 dez. 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. **Análise De Conteúdo da Perspectiva De Bardin:** Contribuições e Limitações Para a Pesquisa Qualitativa em Educação. SciELO Preprints, 2024.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: Inclusão e Suporte a Estudantes Autistas na Universidade Federal da Bahia: Políticas Institucionais, Percepções dos(as) Discentes e Desafios.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: O motivo que nos leva a estudar o problema é a escrita de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) levando em consideração o interesse do pesquisador sobre o tema e a relevância deste para a comunidade acadêmica e para os profissionais da educação. O objetivo desse projeto é investigar as estratégias utilizadas pela UFBA para apoiar a inclusão e como elas atendem as demandas dos(as) estudantes autistas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os procedimentos de coleta de dados são: documentos, bibliografias e entrevistas semiestruturadas com os servidores do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE), Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) e o Coletivo de Autistas da UFBA (CAUFBA). As entrevistas serão gravadas e os dados serão apresentados de forma agregada, destacando padrões gerais ou insights específicos.

RISCOS E BENEFÍCIOS: A participação na pesquisa não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. Sua identidade será preservada em sigilo e suas respostas trarão significativas contribuições a esta pesquisa. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados em qualquer forma. As informações fornecidas serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper

a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão apresentados em atividades científico-acadêmicas, no entanto, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e você não receberá nenhum valor pela sua participação.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)
Radir Fachineti Ribeiro Bastos

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Salvador, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato do(a) Pesquisador(a) de campo:

Radir Fachinetti Ribeiro Bastos

E-mail: radir.ribeiro@gmail.com

Telefone: (71) 983010977

Contato do(a) Pesquisador(a) de campo:

Prof.^a Dr.^a Sheila Uzêda

E-mail: sheilauzeda@ufba.br

Telefone: (71) 991018994



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - CAUFBA

Título do trabalho: Inclusão e Suporte a Estudantes Autistas na Universidade Federal da Bahia: Políticas Institucionais, Percepções dos(as) Discentes e Desafios.

Pesquisador: Radir Fachineti Ribeiro Bastos

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado(a):
2. Data da entrevista:
3. Curso que está matriculado:
4. Semestre/período atual do curso:
5. Identidade de gênero:
6. Possui outra deficiência:

QUESTÕES DE PESQUISA

1. Quais são os principais desafios que você enfrenta na UFBA, tanto acadêmicos quanto sociais?
2. Você considera que o ambiente da UFBA é inclusivo para estudantes autistas? Por quê?
3. Como você avalia o suporte oferecido pelo NAPE e pela PROAE? Existe algo que você gostaria que fosse feito de forma diferente?
4. Você sente que suas necessidades e demandas são levadas em conta pela universidade? Em que áreas essa escuta poderia ser aprimorada?
5. Que tipo de apoio ou adaptações você acredita que são essenciais para promover uma verdadeira inclusão e permanência dos estudantes autistas na universidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - NAPE

Título do trabalho: Inclusão e Suporte a Estudantes Autistas na Universidade Federal da Bahia: Políticas Institucionais, Percepções dos(as) Discentes e Desafios.

Pesquisador: Radir Fachineti Ribeiro Bastos

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado(a):
2. Data da entrevista:
3. Identidade de gênero:
4. Formação acadêmica:
5. Função que exerce:
6. Tempo de atuação profissional:

QUESTÕES DE PESQUISA

1. Qual o quantitativo de estudantes autistas na UFBA?
2. Qual o quantitativo de estudantes autistas que recebem suporte do NAPE?
3. Como se dá a relação do NAPE com o CAUFBA? Como essas interações influenciam na definição de ações e estratégias voltadas para estudantes autistas?
4. Quais demandas relacionadas à inclusão de estudantes autistas são mais frequentemente apresentadas ao NAPE pelo CAUFBA?
5. Quais políticas institucionais o NAPE adota para apoiar a inclusão de estudantes autistas?
6. Quais são os maiores desafios enfrentados pelo NAPE na implementação de estratégias para estudantes autistas, considerando o aumento desse público nos últimos anos?
7. Como o NAPE lida com demandas que estão além de sua capacidade ou recursos disponíveis?

8. Quais têm sido os maiores desafios para oferecer um atendimento adequado e personalizado aos estudantes autistas, especialmente com o aumento desse público nos últimos anos?
9. Existe algum plano para ampliar o suporte ou adaptar o atendimento conforme o crescimento da demanda? Especifique.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PROAE

Título do trabalho: Inclusão e Suporte a Estudantes Autistas na Universidade Federal da Bahia: Políticas Institucionais, Percepções dos(as) Discentes e Desafios.

Pesquisador: Radir Fachineti Ribeiro Bastos

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado(a):
2. Data da entrevista:
3. Identidade de gênero:
4. Formação acadêmica:
5. Função que exerce:
6. Tempo de atuação profissional:

QUESTÕES DE PESQUISA

1. Quais são as políticas da PROAE para garantir a inclusão e permanência de estudantes autistas na UFBA?
2. Como a PROAE apoia e supervisiona o trabalho do NAPE na inclusão de estudantes com autismo? Existem diretrizes específicas para esse público?
3. A PROAE oferece ou planeja oferecer treinamentos para docentes e funcionários sobre as necessidades dos estudantes autistas?
4. Quais recursos a PROAE disponibiliza ao NAPE para apoiar estudantes autistas e como esses recursos são gerenciados?
5. Com o aumento do número de estudantes autistas na UFBA, existem planos da PROAE para ampliar ou reforçar o atendimento e as políticas de inclusão?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



ANEXO A - EVOLUÇÃO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO NAPE



Seguem algumas informações dos dados estatísticos do NAPE em 2024:

Quantitativo de alunos com Deficiência e Altas Habilidades

NÍVEL	QUANTITATIVO
Graduação	307
Pós-graduação	13
Total	320

Quantitativo de alunos por tipo de Deficiência ou Altas Habilidades

DEFICIÊNCIA	QUANTITATIVO
Física	116
Visual	66
Auditiva	32
TEA	64
Intelectual	27
Múltipla	12
AH/SD	3
Total	320

Quantitativo de alunos com Deficiência e Altas Habilidades por campus

CAMPUS	QUANTITATIVO
Canela	29
Faculdade de Arquitetura	9
Graça	25
Largo 2 de julho	2
Ondina	136
Politécnica	25
São Lázaro	32
Vale do Canela	62
Total	320



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



ANEXO B - DEMANDAS DO CAUFBA ENVIADAS AO REITOR DA UFBA (2024)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

COLETIVO AUTISTA DA UFBA

Diariamente, indivíduos autistas enfrentam obstáculos, especialmente no contexto universitário. Nós, membros autistas da comunidade da Universidade Federal da Bahia, desejamos por meio deste comunicado elucidar nossas particularidades neurodivergentes e requerer medidas que assegurem nossa integração contínua na instituição.

A Lei Berenice Piana, estabelecida em 2012, introduz a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Representa o pioneirismo legislativo federal direcionado aos autistas, equiparando-os legalmente às pessoas com deficiência. Diante disso, nossos requerimentos visam garantir a isonomia, permanência e equidade dos estudantes autistas da Universidade Federal da Bahia.

Das reivindicações:

Capacitação Permanente dos profissionais do setor de atendimento ao Público e da saúde.

Descrição: Promover especialização em TEA ADULTO para profissionais do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, da Universidade Federal da Bahia. Promover a conscientização e sensibilização sobre o TEA para docentes, técnicos, analistas e funcionários terceirizados.

Incluindo o coletivo autista da UFBA na organização desse processo de capacitação, visando um curso mais humanizado e com a experiência de quem vive no espectro.

Justificativa: Para garantir que o tratamento seja adequado e evitar quaisquer tipos de violência e preconceito.

Avaliação de alunos com suspeita de TEA.

Solicitar profissionais capacitados com **experiência e/ou conhecimento sobre autistas adulto e outras neurodivergências** (profissionais de medicina, neurologistas, psiquiatras, neuropsicólogos ou psicólogos), para formação de junta que seja apta a avaliar, diagnosticar e emitir laudo médico, psicológico ou neuropsicológico, às pessoas com Transtorno do Espectro Autista na Universidade Federal da Bahia.

Justificativa: Faz-se necessário garantir o acesso especializado ao estudante autista ou com suspeita de TEA, para que o diagnóstico seja feito seguindo as recomendações do DSM-V. Haja visto que profissionais não capacitados possam errar no diagnóstico;

Garantindo acesso aos estudantes autistas, que por questões como vulnerabilidade socioeconômica, não conseguem concluir seus diagnósticos e assim acessar seus direitos, devido ao alto custo das avaliações externas;

Observando o art. 86 do código de ética médica, que atesta a obrigatoriedade de emissão de laudo médico quando solicitado por paciente ou responsável, visando a continuidade do seu tratamento.

Cadastro Automático de Alunos PCD no NAPE:

Descrição: Criação de tópico no formulário da matrícula, destinado a sinalização de deficiências, incluindo Transtorno do Espectro Autista. E que essas informações sejam enviadas para o NAPE automaticamente, atribuindo a eles a responsabilidade de contatar esses discentes.

Além disso, faz se necessária a comunicação direta entre os setores responsáveis pela matrícula e o núcleo de apoio a pessoa com deficiência (NAPE). A respeito dos alunos que ingressam nas vagas destinadas as pessoas com deficiência anteriormente a mudança no formulário.

Justificativa: Tornar mais eficiente a comunicação entre discente e NAPE;

Facilitar o mapeamento de estudantes com deficiência, visando o acesso aos seus direitos educacionais, disponibilizados pelo NAPE.

Retorno do Benefício de Medicamentos de Alto Custo:

Descrição: Retorno do benefício de medicamentos de alto custo da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE).

Justificativa: Muitos estudantes Autistas têm outras condições associadas como Transtorno de Ansiedade, Transtornos depressivos e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), fazendo uso de medicações contínuas para tratamento e controle dos sintomas. Tais medicamentos, por vezes, são dispendiosos e sua aquisição é dificultada para os estudantes de baixa renda, uma vez que estes não são disponibilizados pelo SUS (Sistema Único de Saúde)

Material de Conscientização sobre TEA:

Descrição: Apoio através de recursos financeiros e/ou tecnológicos para confecção e impressão de material de conscientização sobre o TEA para toda a comunidade universitária.

Justificativa: Faz-se necessário a conscientização e sensibilização de toda sociedade, com ênfase no corpo universitário, sobre o TEA, desmistificando suas nuances, informando sobre os direitos da pessoa autista e termos relacionados ao TEA, a luta anticapacitista e etc. Visando diminuir barreiras, eventos constrangedores e discriminatórios.

Sala de Regulação Sensorial:

Descrição: Disponibilizar ao menos uma sala destinada à autorregulação para autistas em sobrecarga sensorial, sendo uma em cada campus, ou prédio se houver a possibilidade. Que conte com tapetes, com texturas diferenciadas; balanço sensorial, almofadão, colchonetes, abafadores auriculares, isolamento sonoro e stim toys. Seja um ambiente com pouca iluminação e que possa controlar a temperatura. E que haja um controle para a entrada para apenas as pessoas que se enquadre nesse uso.

Justificativa: Diversos estímulos, como interações sociais, barulho, iluminação, mudanças de temperatura, imprevistos, dentre outros, sobrecarregam o indivíduo autista, visto isso, é importante que haja uma sala para que essas pessoas consigam se autorregular no período que estejam na universidade, com intuito de garantir a permanência, desempenho acadêmico e a diminuição da evasão das aulas;

O estudante em crise sensorial, colapso e desligamento (Meltdown e Shutdown), necessita de um ambiente controlado e isolado com as adequações supracitadas para alcançar seu nível regulatório.

Procedimento para solicitação de sala vazia:

Descrição: Que sejam disponibilizadas salas de aula vazias em cada prédio, de fácil acesso e solicitação, caso haja necessidade de regulação dos alunos em crise sensorial ou iminente sobrecarga.

Justificativa: A mesma do tópico anterior.

Criação de E-mail Institucional 'coletivotea@ufba.br':

Descrição: Criação de e-mail institucional específico para questões relacionadas ao TEA.

Justificativa: Para formalizar o coletivo autista da UFBA como parte essencial da comunidade acadêmica;

Facilitando a comunicação entre o coletivo e as entidades dessa egrégia casa.

Flexibilização da presença obrigatória para pessoas diagnosticadas com TEA:

Descrição: Flexibilizar a obrigatoriedade de o estudante ter no mínimo de 75% de presença na disciplina para poder ser aprovado, visto que há muitos fatores que podem causar crises à pessoa autista no decorrer do dia. Sugere-se que os instrumentos avaliativos possam ser aplicados como forma de estimar o conhecimento adquirido pela pessoa, bem como a possibilidade de atribuir trabalhos extras como forma de avaliação substituindo a presença.

O estudante autista estaria respaldado a pedir regime de Ensino Domiciliar previamente estabelecido via Resolução da UFBA nº 05/2018, para todas as disciplinas, em todos os semestres letivos. Para poupá-lo do grande desgaste burocrático de formalizar todas as vezes o pedido de Regime Domiciliar, institucionalizar via ofício ou portaria o ato que torna não obrigatório a presença em no mínimo 75% das aulas, como condição de aprovação acadêmica, salvaguardando o direito da Lei Brasileira de inclusão.

Justificativa: Diante dos diagnósticos e das consequências físicas e mentais do excesso de estímulos sensoriais e de demandas do ambiente acadêmico e dos demais espaços de convívio é necessário que as faltas não sejam consideradas, pois os estudantes podem apresentar momentos de sobrecarga sensorial e emocional, em que entramos em um estado de shutdown

do autismo, que pode durar dias, em que perdemos a funcionalidade, com impacto na comunicação e na execução de tarefas. Diante das faltas, os assuntos devem ser fornecidos para estudo em casa após recuperação do nosso estado de esgotamento ou colapso, devendo ser considerados aptos para conclusão do semestre de acordo com nosso desempenho nas avaliações, recebendo acolhimento, apoio e sendo verdadeiramente incluídos, respeitando nossa forma de funcionamento cerebral.

As adaptações no ambiente acadêmico são essenciais para que consigamos ocupar nosso espaço na sociedade e necessárias para o exercício pleno das nossas capacidades, sendo a qualificação profissional, a educação e a saúde direitos assegurados às pessoas no espectro do autismo, conforme a legislação brasileira.

Alternativa Auxílio RU valor Pecuniário:

Descrição: Extensão do benefício do RU em dinheiro para o estudante com cadastro na PROAE que possui seletividade alimentar.

Justificativa: Dado que já existe uma opção alternativa de refeição no Restaurante Universitário (RU) para pessoas com intolerância alimentar ou restrições de saúde, é nossa convicção que esse benefício deveria ser estendido também para aqueles que têm seletividade alimentar. Observamos que há estudantes inscritos na PROAE que enfrentam seletividade alimentar, porém, optam por não concorrer ao benefício do RU devido à sua impossibilidade de consumir diversos alimentos oferecidos nas refeições padrão.

Das considerações finais:

Diante de todos os motivos expostos, esperamos cordialmente a compreensão e a apreciação deste documento. É inegável que as reivindicações acima pedidas são importantíssimas para a permanência do estudante autista na universidade, assim como o melhor aproveitamento de toda a potência acadêmica deste estudante. Busca-se equidade e justiça através das razões expostas, para que a UFBA seja reconhecida como ambiente acessível e anticapacitista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO I



ANEXO C - CARDS DE DIVULGAÇÃO DOS WEBINÁRIOS

1º

WEBINÁRIO EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

**Questões cognitivas para
universitários neurodivergentes e
com TEA.**

Palestrante: Profa. Ma. Iris Ribeiro de Sá

Mediação: Profa. Dra. Elizabeth Teixeira

Debatedores: Ráís Canhadas e Giann Lucca



23 de outubro de 2024, 19h



**TRANSMISSÃO AO VIVO
YOUTUBE DA PROGRAD**



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



NUFAP
Núcleo de Formação e
Assessoria Pedagógica ao Docente

1º

WEBINÁRIO EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Educação Inclusiva para estudantes com TEA.

Palestrante: Profa. Dra. Milena Pondé

Mediação: Profa. Dra. Patrícia Zucoloto

Debatedores: Emi Ovalhe e Radir Facchinetti



06 de novembro de 2024, 19h



TRANSMISSÃO AO VIVO
YOUTUBE DA PROGRAD



1º

WEBINÁRIO EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Desafios sensoriais para estudantes com TEA.

Palestrante: Profa. Ma. Ana Marta

Mediação: Prof. Me. Jaime Prazeres

Debatedores: Emi Ovalhe e Radir Facchinetti



27 de novembro de 2024, 19h



TRANSMISSÃO AO VIVO
YOUTUBE DA PROGRAD



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



1º

WEBINÁRIO EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Possíveis desafios na sociabilidade para universitários neurodivergentes.

Palestrante: Profa. Ma. Mariana Lopes

Mediação: Profa. Dra. Fernanda Queiroz

Debatedores: Nabi Rocha e Lara Andrade



11 de dezembro de 2024, 19h



TRANSMISSÃO AO VIVO
YOUTUBE DA PROGRAD

